

# A CONTRIBUIÇÃO DA COMUNICAÇÃO COMUNITÁRIA NOS PROCESSOS DE ORGANIZAÇÃO POPULAR\*

---

*The contribution of communitarian communication in the processes of popular organization*

*La contribución de la comunicación “comunitária” en los procesos de organización popular*

Maristela Romagnole de Araújo Jurkevicz\*\*

Regina Célia Escudero César\*\*

Rozinaldo Antonio Miani\*\*

## RESUMO

Este artigo tem por objetivo apresentar uma reflexão acerca da importância da comunicação comunitária nos processos de organização popular. Para tanto, procuramos situar a comunicação como um instrumento que busca resgatar a cidadania da população oprimida em um processo que privilegia o grupo como sujeito ativo de transformação social. Analisamos, ainda, algumas experiências comunicativas desenvolvidas no âmbito de uma intervenção acadêmica que subsidiaram processos de organização e articulação de grupos populares e que reafirmam a contribuição que a comunicação comunitária pode proporcionar em tais processos.

Palavras-chave: comunicação comunitária; organização popular; Jardim União da Vitória; história de vida.

## ABSTRACT

This paper intends to reflect on the importance of communitarian communication in the process of popular organization. Therefore, we pursuit to consider communication as an instrument to rescue citizenship of the oppressed population, in a process that privileges the group as an active subject of social transformation. It analyses as well some communication experiences, developed in the scope of an academic interference, which promoted processes of articulation and organization of popular groups and also stated the contribution given by the communitarian communication in such processes.

Keywords: communitarian communication; popular organization; Jardim União da Vitória; life history.

---

\* Este artigo é uma versão revisada de trabalho apresentado no GP “Comunicação para a Cidadania” do XXXII Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação, realizado em Curitiba/PR em setembro/2009.

\*\* Maristela Romagnole de Araújo Jurkevicz - Especialista em Metodologia do Ensino Superior pela Universidade Estadual de Londrina. Mestranda em Educação pela Universidade Estadual de Londrina. Regina Célia Escudero César - Mestre em Comunicação Social pela Universidade Metodista de São Paulo. Doutoranda em Comunicação pela Universidade de São Paulo (ECA/USP). Rozinaldo Antonio Miani - Doutor em História pela Unesp/Campus Assis. Professores do Departamento de Comunicação da Universidade Estadual de Londrina (UEL/PR).

## RESUMEN

Este artículo pretende presentar una reflexión sobre la importancia de la comunicación “comunitária” em los procesos de las organizaciones populares. Por lo tanto, tratamos de situar la comunicación como herramienta que intenta rescatar la ciudadanía de la población oprimida em procesos que favorecen al grupo como sujetos activos de transformación social. Se analizan también algunas experiencias comunicativas desarrolladas em una intervención académica que subvencionaran procesos de organización y articulación de los grupos populares y que reafirman la contribución que los medios comunitários pueden aportar em tales casos.

Palabras-clave: comunicación comunitária; organizaciones populares; Barrio União da Vitória; história de vida.

## Introdução

A complexidade que se verifica atualmente nos processos de organização social e política dos setores subalternos da sociedade tem exigido, dos militantes políticos e dos pesquisadores do assunto, compreensão e sensibilidade quanto à efetividade dos instrumentos utilizados nos processos de organização popular e articulação política. Nesse contexto, a comunicação, particularmente aquela identificada como comunicação comunitária, tem se destacado como uma estratégia eficaz e eficiente nos processos de organização política de grupos populares.

Entende-se como comunicação comunitária, conforme destaca Cícilia Peruzzo,

[...] o processo comunicativo levado a efeito por movimentos sociais populares e organizações sem fins lucrativos da sociedade civil. Este ocorre no bojo de uma práxis de atores coletivos que se articulam de modo a provocar a mobilização social e realizar ações concretas com vistas à melhoria da consciência política e das condições de existência das populações empobrecidas (PERUZZO, 2008, p. 1).

Dentre os princípios norteadores da comunicação comunitária, também citados por Peruzzo, estão:

Democracia/pluralismo: o respeito à pluralidade de vozes e o espaço para participação democrática. Representatividade: trabalhar com representantes dos diversos setores organizados dentro de cada localidade e instituir o caráter coletivo como força inspiradora das ações e decisões. Participação ativa: o protagonismo principal deve ser do próprio cidadão, que desenvolve a produção de conteúdos, planejamento e gestão de sua organização. Autonomia: é a base para a ação independente. Deve-se estabelecer regras claras, para não cercear a liberdade de informar e a aplicação dos recursos com a finalidade de garantir o funcionamento da unidade comunicacional. Conteúdos: espera-se que sejam condizentes às finalidades de desenvolvimento social, educativo e cultural, além de serem colados à realidade local. Força motriz: ampliação do exercício dos direitos e deveres de cidadania com vistas à constituição de uma sociedade livre, justa e igualitária (PERUZZO, 2008, p. 1)

Vale ressaltar que a participação é fundamental para o exercício da cidadania e, nesse sentido, indispensável a qualquer prática que se reivindique identificada com a comunicação comunitária. Não há cidadania plena sem participação ativa, seja em qual nível for

tratada. Participar é partilhar, é intervir e se reconhecer cidadão, com direitos e deveres, e agir como tal.

No que se refere ao conceito de comunidade, acreditamos que este se constrói dialeticamente, dentro de um contexto societário amplo, onde o convívio entre a diversidade e heterogeneidade faz parte da realidade comunitária. O ser histórico, social, participante e sujeito é, como diz Raquel Paiva (1998), interativo ao todo social, é um “ser-em-comum”, cidadão em seu contexto, não aquele idealizado pelos manuais, mas que atua sobre sua realidade, transformando-a dentro de suas possibilidades e limites, no seu dia a dia mais corriqueiro. Este “ser-em-comum” traz embutido o conceito de cidadania, pois se comporta como um sujeito social comprometido e articulado na formação/transformação de sua realidade.

Fala-se muito em globalização, e parece mesmo que este é hoje o grande avanço da comunicação, mas acreditamos que um dos maiores méritos de nossa recente história seja o de que, nestes últimos anos, aprendemos a participar no processo de construção de nossa realidade, sendo agentes/sujeitos dentro dela. O que se alinhava é uma cultura da participação. Segundo Peruzzo (2003), esta participação deve ser dimensionada numa perspectiva baseada no desenvolvimento sustentável e integral, que pressupõe a corresponsabilidade do cidadão e de suas organizações, do mercado e do Estado.

Além disso, como todo processo cultural, a história dos movimentos sociais no Brasil não é linear, sendo caracterizada por fluxos e refluxos. Entretanto, sua conquista fundamental é a valorização do coletivo ao individual.

Diante dessas considerações iniciais, fica evidenciado que, para efeito deste trabalho, a comunicação comunitária será compreendida como aquela comunicação realizada por agentes da comunidade, que institui e/ou valoriza os processos participativos, a fim de promover a melhoria de suas necessidades, capacidades e

interesses legítimos.

A proposta de comunicação como um instrumento para a articulação comunitária apoia-se em um processo de planejamento participativo o qual procura situar o povo como sujeito histórico, ou seja, compreendendo cada indivíduo como ator político e não como mero espectador em sua própria realidade.

No entanto, as estruturas dos meios de comunicação, bem como as condições socioeconômicas e culturais de grande parte da população, apresentam-se de tal forma precarizadas que é preciso que se estabeleçam formas ousadas de participação popular. Peruzzo diz que a comunicação no âmbito do dar “voz e vez” ou “abrir o microfone para o povo” não é mais suficiente. Para a autora, a “comunicação popular” em uma perspectiva democrática compreende a participação dos indivíduos não só nos meios de comunicação, mas no próprio processo de produção, planejamento e gestão da comunicação. Nessa mesma direção, Seno Cornelly (1990, p. 34) afirma que esse é “um processo através do qual a população adquire maior domínio sobre seu destino”.

Busca-se, com isso, além de identificar, criar e recriar canais de comunicação, colocar o grupo como conhecedor das causas do próprio movimento e, a partir disso, usar o diagnóstico como fator provocativo e motivador para a articulação do grupo e para a transformação social almejada. Faz-se essencial, dentre outras ações, promover o diálogo da comunidade por meio da comunicação escrita e falada, dos contatos externos, participação em audiências, reuniões, debates, entrevistas e congressos.

Enfim, se a pretensão é a cidadania, em um processo que respeite os atores sociais em seus interesses e valores culturais e com uma postura que privilegie o direito do grupo em serem protagonistas da ação mobilizadora, é preciso que os indivíduos comecem a pensar sobre si próprios e a exercer sua condição de sujeito de sua própria história; para tanto, consideramos

que a comunicação comunitária pode exercer um papel político fundamental nos referidos processos de organização popular.

## A constituição de um grupo social como comunidade a partir das histórias de vida

Para a construção de experiências em comunicação comunitária que sejam consideradas legítimas é preciso, antes de tudo, que o próprio grupo se constitua como uma comunidade e isso se dá, entre outras condições, quando se desenvolve o sentimento de pertencimento e uma cumplicidade entre os indivíduos que compõem um determinado grupo social.

Dentre outras estratégias para viabilizar uma aproximação entre os indivíduos, destacamos a utilização da história de vida, que busca situar o indivíduo no contexto histórico em que ele está inserido. É fundamental que o indivíduo seja chamado a pensar e a resgatar a sua própria história, promovendo uma identificação de suas experiências com o outro e com o grupo.

A construção de histórias de vida tem como característica básica possibilitar a leitura social por meio de múltiplas histórias individualizadas e tem se apresentado como uma metodologia de pesquisa qualitativa bastante adequada para conhecer indivíduos que tomam decisões estratégicas, identificando suas origens, seus instrumentos, seus valores, seus interesses.

A abordagem da história de vida cria um tipo especial de documento no qual a experiência pessoal se entrelaça à ação histórica,

diluindo o distanciamento entre subjetividade e objetividade. O objetivo é estabelecer uma clara articulação entre a biografia individual e seu contexto histórico e social, revelando como as pessoas universalizam, por meio de suas vidas e de suas ações, a época histórica em que vivem. Possibilita-se, desta forma, a vinculação do sujeito ao seu território, criando o sentimento de pertença e cidadania, percebendo-se como ator de sua história e de seu grupo.

Deve-se estar consciente de que as biografias, autobiografias e histórias de vida não revelam a totalidade da vida de um indivíduo. Contudo, o grande valor das biografias está na relevância das interpretações que as pessoas fazem de sua própria experiência como explicação para o comportamento social.

Portanto, considerando o potencial que a história de vida pode desempenhar nos processos de constituição política de um grupo social como comunidade, utilizamos tal estratégia em algumas das ações realizadas no contexto de desenvolvimento de projetos político-acadêmicos que tiveram a comunicação comunitária como o nosso principal objetivo e instrumento de intervenção.

Na experiência desenvolvida com os moradores do bairro Jardim União da Vitória, na cidade de Londrina (PR), particularmente no cumprimento do projeto de extensão “Empregabilidade – uma questão de cidadania”<sup>1</sup>, utilizamos a estratégia da história de vida com aqueles indivíduos que participaram dos cursos de formação profissional viabilizados pelo projeto<sup>2</sup>, com o objetivo de constituir-los como uma comunidade e favorecendo seu engajamento na realidade política local.

A realidade que incide sobre esses sujeitos é marcada pela precarização das condições

<sup>1</sup> Trata-se de um projeto de extensão desenvolvido entre 2005 e 2008 por docentes e estudantes do Departamento de Comunicação da Universidade Estadual de Londrina (UEL) cujo objetivo foi, por meio da comunicação comunitária, capacitar os moradores e torná-los agentes sociais de mudança em sua realidade, uma vez que este bairro está situado em uma das áreas mais carentes e com o maior índice de desemprego de Londrina.

<sup>2</sup> Realizamos um curso de costura industrial para as mulheres e um curso de eletricitista para os homens.

de vida, pelo desemprego e, particularmente, pela dificuldade de inserção no mercado de trabalho. Os indivíduos pertencentes aos dois grupos constituídos (costureiras e eletricitas) relataram, por meio da história de vida, toda a discriminação sofrida por serem moradores daquele bairro, a falta de perspectiva pessoal e profissional e a marginalização sofrida pelas suas condições socioeconômicas, mas, ao mesmo tempo, um desejo (no caso das costureiras) e uma urgência (no caso dos eletricitas) de superar tal situação, por meio da experiência promovida pelo projeto. Esta realidade identificada nos dois grupos retratou, de certa forma, os dados de uma pesquisa desenvolvida por ocasião de projeto de pesquisa realizado anteriormente no referido bairro (CESAR; JURKEVICZ, 2006).

Apesar dos pontos em comum apresentados pelos dois grupos, havia entre eles iniciativas particulares e dispersas, o que dificultava ainda mais a reversão do cenário apontado. Neste sentido, com a realização da história de vida, buscamos reforçar o sentimento de pertença à comunidade por parte de cada indivíduo, valorizando seu contexto e os potenciais individuais na perspectiva de constituírem-se como grupo.

Outro projeto foi a participação de uma das autoras em uma ação do Rondon – operação 2007, realizada com as quebradeiras de coco da cidade de Vila Nova dos Martírios, no Maranhão. As mulheres de dois distritos de Vila Nova dos Martírios (Curvelândia e Marcolândia) utilizavam os produtos do babaçu apenas para subsistência, pois não tinham conhecimento e não o enxergavam como uma fonte de geração de renda. Produziam azeite e sabão, e com os restos da quebra do coco (casca, endocarpo e mesocarpo) faziam o carvão, pois a maioria utilizava forno a lenha. Às vezes era efetuada alguma venda do azeite a um preço barato, contudo não gostavam de vender, pois o produto era muito desvalorizado. Elas reclamavam que era muito trabalhoso ir até as palmeiras de babaçu, que estavam ficando cada vez mais longe por

causa da derrubada para a formação de pasto de gado. Precisavam pegar os cocos, voltar para casa carregando todo o peso, passar o dia quebrando para retirar as amêndoas, para depois pisar (o “pisar” delas significa o nosso pilar com o pilão), levar ao fogo, cozinhar até soltar o azeite e separá-lo dos restos que sobram para vender a três, quatro reais o litro. Por esse e outros motivos elas não fabricavam com o intuito de vender; a venda era algo ocasional.

Apesar de trabalharem juntas, com o mesmo produto, morarem na mesma cidade/distrito e estarem muito próximas (por causa do pequeno tamanho dos distritos, pela convivência diária, proximidade de situação econômica e social, entre outros), terem o mesmo objetivo (melhor condição de vida) e as mesmas reclamações (excesso de esforço físico no trabalho, dores no corpo, excesso de filhos), enfim, histórias de vida muito semelhante, elas não se enxergavam como um grupo. Apesar de viverem juntas, elas não se efetivavam como um grupo organizado.

Considerando as questões verificadas na realidade do referido grupo, o trabalho desenvolvido com as quebradeiras de coco foi por meio da comunicação comunitária, buscando tratar do tema associativismo, cooperativismo, motivação e formação de um grupo, para transformar a realidade e chegar a um desenvolvimento local efetivo.

Como se pode perceber, nos dois relatos utilizamos a história de vida, com a técnica da entrevista em profundidade, com pessoas estrategicamente envolvidas na temática explorada – moradores desempregados do bairro União da Vitória e quebradeiras de coco – que pretendiam formar uma cooperativa de trabalho. Esta técnica permitiu que as pessoas envolvidas expressassem com maior liberdade e profundidade suas ideias e avaliações. A partir dessas perspectivas traçadas pelos participantes dos grupos, pôde-se chegar a uma visão mais global da realidade em estudo, além de perceber o desenvolvimento de uma confiança e de um comprometimento

entre os membros do grupo e entre estes e os pesquisadores.

Em síntese, pudemos observar que, com a prática da história de vida, os grupos criaram um vínculo afetivo muito grande com a equipe do projeto, facilitando o desenvolvimento das demais atividades propostas. Conhecemos as histórias individuais, promovendo a valorização de cada um, e tivemos um maior esclarecimento acerca dos problemas advindos de seu trabalho, bem como do cotidiano e da realidade vivenciados pelos participantes das referidas comunidades.

## O caráter político e pedagógico da comunicação comunitária

Para compreender o caráter articulador e libertador da comunicação comunitária é preciso entendê-la como um processo dialógico. Com a integração dos indivíduos, busca-se problematizar a realidade que os influencia para, então, transformá-la. As pessoas precisam de informação para a mobilização, além de compartilhar experiências, emoções sobre a realidade, para que, a partir daí, possam debater, refletir e mudar.

Podemos perceber, desta forma, a comunicação adotando um caráter pedagógico, uma vez que aprender significa mudar as atitudes. Ou seja, de uma visão limitada e passiva, o grupo passa a vislumbrar possibilidades para agir na construção de uma nova realidade, na qual seus membros possam ser realmente chamados de “cidadãos”. O educador Paulo Freire já afirmava que o homem que tem voz é

o homem que é sujeito de suas opções, portanto, um homem que projeta livremente seu destino (FREIRE, 1981).

Somente por meio de um processo que permite a tomada de consciência por parte do grupo é que se pode pensar na formação e difusão de atitudes. Assim, situar a comunicação em um processo que busca o resgate da cidadania da população oprimida é entendê-la em seu caráter educacional e participativo.

Dentro destes pressupostos, nossa equipe tem buscado atuar com a comunicação comunitária nos setores populares. A presença do curso de Comunicação da UEL no bairro Jardim União da Vitória teve início em 1993, com o Projeto de Extensão “Comunicação para a Cidadania”<sup>3</sup>. Apesar de não ter ocorrido uma continuidade imediata à época, as ações do referido projeto foram decisivas para uma retomada mais orgânica já nos primeiros anos do novo século. Por iniciativa das próprias lideranças do bairro, um grupo de professores da UEL foi contatado e o trabalho, que outrora se mostrou de grande importância para a organização política da comunidade, foi retomado.

Um novo grupo entre os moradores foi constituído, a partir de representantes indicados pelo Conselho de Entidades (entidade deliberativa existente no bairro até os primeiros anos da primeira década do século XXI e que, no período de sua existência, foi responsável por diversos ganhos políticos e sociais na região), para a discussão dos objetivos, problemas, estratégias e instrumentos para uma pesquisa que seria iniciada. Alguns voluntários, dentre os próprios habitantes, foram treinados para a aplicação de questionários que, por fim, diagnosticaram a questão do desemprego como a principal mazela a ser combatida na localidade.

<sup>3</sup> O projeto de extensão “Comunicação para a Cidadania”, coordenado pela professora Regina Célia Escudero Cesar, desenvolveu atividades multidisciplinares com a participação de alunos de Relações Públicas e Jornalismo, visando a uma leitura crítica dos meios de comunicação de massa pela população local e sua consequente apropriação. A principal atividade do projeto foi a produção de um jornal de bairro, o “Boca no Mundo”, feito por uma equipe da própria comunidade, que contribuiu para importantes conquistas sociais em prol da cidadania dos moradores do bairro.

De acordo com a pesquisa realizada no bairro entre 2002 e 2004, vinculada ao projeto de pesquisa desenvolvido por pesquisadores da UEL (CÉSAR, 2001), o bairro Jardim União da Vitória, à época com 16.000 habitantes, apresentava as seguintes estatísticas quanto à questão do trabalho: dentre os 46% da população economicamente ativa da amostra, 56% são homens adultos e 34% mulheres adultas. Este número é seguido por jovens (homens e mulheres), com um percentual de 7%, enquanto os idosos correspondem a 3%.

Ainda pela pesquisa, a renda per capita mensal das famílias era inferior a R\$ 90,00; segundo o IBGE, essa realidade é definida como uma situação financeira “abaixo da linha de pobreza”. Existem entre 1 e 8 pessoas desempregadas em cada residência, das quais 74% são adultas. Das famílias pesquisadas, 339 têm ao menos 1 pessoa desempregada, independentemente da faixa etária, atingindo aproximadamente 80% das residências do bairro. Nas demais residências (20%), a realidade é ainda mais perversa, com a constatação da existência de mais de uma pessoa desempregada na família. A taxa de desemprego em relação às pessoas economicamente ativas da amostra (71%) é de 25%, superior à taxa nacional, que é de 13%.

Tal resultado teve significativa repercussão na mídia londrinense, com a sensibilização de vários setores da sociedade, resultando em algumas iniciativas do poder público e do empresariado local no sentido de pensar alternativas para a geração de empregos para aquela população.

A partir da referida pesquisa, iniciou-se um projeto de extensão (JURKEVICZ, 2005) que buscou, dentre outros objetivos, viabilizar parcerias no sentido de fomentar a capacitação da população desempregada. A primeira delas foi estabelecida com o programa Economia Solidária, projeto da Secretaria de Ação Social do Estado realizado pelos órgãos municipais, que busca a organização do trabalho coletivo nas

comunidades. Atuou-se na perspectiva de qualificação para o mercado, conscientização sobre o trabalho coletivo e organização comunitária. O projeto baseava-se nos princípios educativos para formação cidadã por meio da comunicação comunitária. Por este projeto, foram desenvolvidas duas experiências de formação profissional, uma para mulheres, com um curso de costura industrial, e uma para homens, com um curso de eletricitista.

No entanto, é necessário ressaltar que, a partir desse projeto e seus resultados e ações, o grupo de pesquisadores tinha como objetivo principal proporcionar uma série de reflexões sobre os limites e avanços da práxis da comunicação comunitária como estratégia de organização popular, buscando ampliar nossa inserção e compromisso com os objetivos da emancipação e da cidadania. A esse respeito, concordamos com Peruzzo:

No âmago da questão, o que está colocado, falado de modo claro e sintético, é a premência do uso dos meios de comunicação em benefício da cidadania e que esta é construída pelos próprios cidadãos, na sua interação com as outras forças constitutivas da sociedade. O desenvolvimento só faz sentido se promover a igualdade no acesso à riqueza e o crescimento integral da pessoa e de todos, ou seja, se tiver como mola-mestra o ser humano (PERUZZO, 2003, p. 256).

A comunicação em prol da cidadania faz parte da agenda de discussões daqueles que estão comprometidos em dar um enfoque a esta área mais apropriado às demandas socioeconômicas de países periféricos, que, em plena era da globalização, podem ser consideradas à parte de uma realidade controlada pelos grandes conglomerados da comunicação. Segundo John B. Thompson (1998), o Brasil é um país consumidor dos produtos da sociedade globalizada,

interage com ela, mas não atua na sua arena global. A era da globalização, da informação e da comunicação é um fenômeno social e também excludente e desigual, pois beneficia mais a uns países do que a outros, “incluindo” tão somente algumas partes do mundo, relegando outras à permanente “exclusão”.

## As estratégias comunicativas: relações públicas e jornalismo comunitário em ação

Percebemos a comunicação como um instrumento para a criação da cidadania em meio às redes sociais que hoje tomam forma na chamada era da globalização. Sendo a comunicação um processo de relacionamento social, é mister sua interação com outras áreas de conhecimento para que possa aprimorar esta rede de relacionamentos tão complexa com a qual nos deparamos em nossos campos de trabalho. Valorizamos em nossa atuação o entendimento de uma comunicação integrada, e não de suas especificidades, numa perspectiva interdisciplinar. É esta visão de conjunto que caracteriza a ação das diferentes áreas de conhecimento em torno de um trabalho comunitário. Trata-se de um trabalho político e que se pretende transformador. Tomamos como base metodológica a visão dialética da comunidade, que ultrapassa a compartimentalização própria dos contextos positivistas e estruturalistas, para uma visão da totalidade e de seu contexto.

A prática social é transdepartamental, segundo Carlos Matus (2005), com problemas teóricos comuns e que requer uma análise situacional. O autor acredita que o jogo social requer uma mediação entre as diferentes ciências e a

ação que pretendem produzir no campo social. Apesar da necessidade de um planejamento estratégico, este planejamento deve ser aberto, sem fim, deixando à prática social a determinação de seu processo. No lugar de uma prática social departamentalizada, com fronteiras estreitas por causa de seus limites analíticos, propõe-se que esta prática substitua tais fronteiras por um “foco dominante”, elaborado a partir de um propósito. Afirma Matus que esta prática “é multidimensional, global e encabeçada por atores sociais pouco objetivos, comprometidos com seus projetos e apaixonados por suas metas e crenças. A prática social atravessa todos os departamentos das ciências tradicionais e combina razão com paixão” (MATUS, 2005, p. 55).

Desta forma, em nossas ações priorizamos determinar este foco dominante, numa perspectiva definida conjuntamente, a partir das necessidades e prioridades dos atores participantes da prática social, quais sejam, comunidade popular e acadêmica. Tanto as ações de jornalismo quanto de relações públicas foram planejadas e se desenvolveram dentro desta visão integrada.

Todas as atividades dos diferentes projetos já referenciados foram organizadas a partir deste pressuposto: desde a pesquisa realizada numa perspectiva participante, passando pela organização dos cursos de qualificação profissional e das intervenções de nossa equipe de pesquisadores com os participantes dos cursos, por meio dos módulos sobre a história de vida, a história das lutas políticas do bairro e a importância da articulação comunitária<sup>4</sup>, até a discussão e produção de um jornal comunitário local, que será detalhado adiante. Em todas essas atividades, a preocupação era fomentar o espírito de pertença, historicidade e cidadania entre os sujeitos envolvidos. Nosso objetivo principal era contribuir para o despertar político dos sujeitos, possibilitando a reconstrução e ampliação dos

<sup>4</sup> Estes módulos não foram definidos aleatoriamente, mas como fruto de um processo de interação, relacionamento e conhecimento da história e das reais necessidades do próprio grupo.



espaços de representatividade e organização comunitária.

As atividades de relações públicas tiveram como objetivo a identificação da problemática do trabalho, a conquista de aliados (parceiros no processo de conquista da cidadania) e desenvolvimento de espaços comunicativos na comunidade. Pela identificação destes espaços públicos de discussão, ampliou-se a rede de relacionamentos e solidariedade, princípio ético que pode mobilizar a sociedade civil e tirá-la de sua passividade com relação às questões de seu entorno.

A constituição de redes de colaboração depende da geração de vínculos entre os sujeitos e destes com a causa defendida e com os projetos de mobilização, o que configura, na realidade, um encadeamento de intervenções comunicativas de caráter estratégico que constitui o que podemos denominar de “ambiente de cooperação”. Podemos defini-lo como sendo aquele no qual se criam as condições favoráveis para que os sujeitos possam agir politicamente, definindo seus interesses. Cada grupo mobilizado, em diferentes graus de institucionalização, estabelece seus critérios e regras para garantir sua manutenção, lidando com as contradições próprias ao processo.

Neste esforço, podemos perceber que entram em jogo outros elementos de ordem comunicativa que interferem na geração do vínculo de um sujeito com determinadas causas e não operam no âmbito dos meios de comunicação de massa, mas de instrumentos de comunicação dirigida. Estes são compostos de forma estratégica e orientados em função de públicos específicos e são capazes não apenas de produzir uma identificação, mas de dar materialidade simbólica à luta pela causa, de tal maneira que outros sujeitos possam reconhecê-la.

A mobilização constitui-se a partir de uma contínua formulação estratégica de ações de comunicação que sejam capazes de sustentar uma legitimidade pública (por meio da visibili-

dade), como também de sustentar os vínculos de confiança que mantêm a cooperação, que depende de uma capacidade de realimentar continuamente o debate público e reforçar os laços de identificação e de pertencimento dos sujeitos mobilizados. Observa-se que um ambiente de cooperação é algo em permanente construção, nunca atingindo uma forma acabada. Por isso mesmo, os que dele participam precisam o tempo todo avaliá-lo, segundo os valores e critérios que fundam a própria mobilização.

Diante desse quadro, o conhecimento específico sobre a comunicação social é essencial para a consecução dos objetivos dos projetos mobilizadores. Isso não quer dizer, no entanto, que cada um deles deve ter uma estrutura profissionalizada de comunicação, o que nem sempre é viável. Mas já se pode detectar que estes movimentos demandam cada vez mais este aporte especializado, com tarefas que têm sido realizadas e coordenadas por profissionais.

No entanto, em processos de luta por transformações sociais, que muitas vezes constituem movimentos sob condições extremamente adversas, não se pode conceber que fiquem dependentes desse fazer especializado. Este também é um desafio para os próprios comunicadores, que, antes de tudo, precisam dar uma resposta para essa questão. Para tanto, é necessário ver a comunicação não apenas sob o ponto de vista técnico, como um campo de conhecimento específico, mas enxergá-la de modo mais amplo como uma competência fundamental a que todos devem ter direito e sem a qual não podem os sujeitos coordenar suas ações, posicionar-se no mundo e transformá-lo.

É esta compreensão metodológica dialética que garante à comunicação comunitária seu vínculo com a realidade e o desenvolvimento de uma capacidade crítica e de criação/recriação das problemáticas, transformando-as, por meio da atuação de seus atores em meio ao seu complexo contexto social.

Quanto a ações especificamente identificadas como práticas jornalísticas, destacamos o processo de discussão e produção de um jornal comunitário local, com o objetivo principal de contribuir para o processo de rearticulação política e organização popular do bairro Jardim União da Vitória.

No contexto do projeto de extensão, e em sintonia com as necessidades políticas das lideranças locais, ficou definida a criação de um jornal comunitário que teria a incumbência de disseminar a ideia de reconstrução do processo de organização popular por meio da criação de um “Conselho Popular”, que viria ocupar a lacuna deixada pelo Conselho de Entidades do Jardim União da Vitória. Na lógica de sua concepção, o processo de produção do referido jornal contribuiria, ainda, para aglutinar “novas lideranças populares”, principalmente os participantes dos cursos de qualificação profissional, renovando as forças na perspectiva de reconstrução do poder local.

Antes da produção da primeira edição do jornal “União da Vitória” (nome provisório atribuído ao jornal) foi realizada uma oficina com alguns dos participantes dos cursos de qualificação profissional, com o objetivo de proporcionar um momento de formação sobre como fazer um jornal comunitário, dentre outras discussões. A participação foi relativamente positiva, pois, apesar de não ter havido uma intervenção efetiva dos moradores do bairro na produção das matérias, houve uma discussão coletiva sobre os temas que deveriam ser produzidos, além de uma manifestação positiva quanto a participar mais ativamente na produção de futuras edições. O jornal foi produzido e distribuído no bairro, constituindo um fato político importante, na própria avaliação das lideranças políticas.

O processo de contribuição do jornal comunitário como estratégia de organização popular se apresenta inconcluso. Até o momento, apenas uma edição do referido jornal (que circulou no final do ano de 2008) foi produzida;

uma segunda edição está em fase de discussão. Apesar disso, vale ressaltar que se trata de uma experiência bastante significativa e que se apresenta como uma das principais estratégias políticas adotadas pelas lideranças populares como alternativa para um processo de rearticulação comunitária.

Deve-se considerar, ainda, como justificativa para a não continuidade (temporária) da produção do referido jornal, a instabilidade política que tomou conta da cidade pela cassação do prefeito eleito e a necessidade de realização de um “terceiro turno”, que exigiu a mobilização das principais lideranças populares da cidade.

O fato é que o jornal comunitário já é uma realidade no Jardim União da Vitória e disso pode resultar um importante processo de reorganização popular. É nisso que acreditamos, como pesquisadores e sujeitos comprometidos com os processos de emancipação política dos setores populares, e isso nos move na perspectiva de continuar desenvolvendo nossas ações com base nos pressupostos da comunicação comunitária.

## Considerações finais

Neste artigo, tivemos a preocupação de analisar todo um processo de envolvimento e comprometimento de uma equipe de pesquisadores da Universidade Estadual de Londrina com uma determinada realidade local a partir da intervenção pela comunicação comunitária. Desde meados da década de 1990 temos atuado nesta perspectiva e consideramos essencial a participação da comunicação nos processos de organização popular.

Acreditamos que a comunicação, dentro de um contexto dialético que propõe a emancipação social e política dos sujeitos e sua organização como grupo, deve ser pensada dentro dos pressupostos da interdisciplinaridade;

este foi o sentido que direcionou nossas ações e nos garantiu uma visão mais global e integrada da realidade.

Sem dúvida, as experiências em comunicação comunitária se efetivam a partir da íntima relação entre os pesquisadores e os sujeitos da realidade pesquisada, a partir da viabilização de processos participativos. Sendo assim, não se trata de processo linear, mas construído a partir da dinâmica coletiva e participativa, que se apresenta em permanente movimento de construção.

## REFERÊNCIAS

- CÊSAR, Regina C. Escudero et al. *Elaboração, aplicação e disseminação de campanhas de opinião pública como estratégia de relações públicas*. Londrina, 2001. (Projeto de pesquisa concluído pelo Departamento de Comunicação, Matemática Aplicada e Estatística e Ciência da Informação da Universidade Estadual de Londrina).
- CESAR, Regina C. Escudero; JURKEVICZ, Maristela R. de Araújo. Relatório da pesquisa de opinião: a questão do trabalho no Jd. União da Vitória. In: WORLD PUBLIC RELATIONS FESTIVAL, 3, 2006, Brasília. *Anais...* Brasília, 2006.
- \_\_\_\_\_. Movimentos sociais, comunidade e cidadania. In: KUNSCH, Margarida M. Krohling; KUNSCH, Waldemar Luiz (Orgs.). *Relações públicas comunitárias: a comunicação dialógica em uma perspectiva dialógica e transformadora*. São Paulo: Summus, 2007.
- CORNELLY, Seno. *Subsídios sobre planejamento participativo*. Brasília: MEC/Secretaria Geral, 1990. (Série Planejamento 3).
- FREIRE, Paulo. *Educação como prática da liberdade*. 12. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1981.
- JURKEVICZ, Maristela R. de Araujo. *Empregabilidade: uma questão de cidadania – articulação comunitária na busca de espaços formais para a população do bairro União da Vitória através da parceria comunidade e Universidade Estadual de Londrina*. Londrina, 2005. (Projeto de pesquisa apresentado junto ao Departamento de Comunicação da Universidade Estadual de Londrina).
- MATUS, Carlos. *Teoria do jogo social*. São Paulo: Fundap, 2005.
- MIANI, Rozinaldo Antonio. Comunicação comunitária: uma alternativa política ao monopólio midiático. In: ENCONTRO DA UNIÃO LATINOAMERICANA DE ECONOMIA POLÍTICA DA INFORMAÇÃO, DA COMUNICAÇÃO E DA CULTURA - ULEPICC-BRASIL, 1, 2006, Niterói. *Anais...* Niterói, 2006.
- PAIVA, Raquel. *O espírito comum: comunidade, mídia e globalismo*. Petrópolis, RJ: Vozes, 1998.
- PERUZZO, Círcia Maria Krohling. *Comunicação nos movimentos populares: a participação na construção da cidadania*. Petrópolis, RJ: Vozes, 1998.
- \_\_\_\_\_. Relações públicas nos movimentos sociais e “comunidades”: princípios, estratégias e atividades. In: CONGRESSO BRASILEIRO CIENTÍFICO DE COMUNICAÇÃO ORGANIZACIONAL - ABRAPCORP, 2, 2008, Belo Horizonte. *Anais...* Belo Horizonte, 2008.
- PERUZZO, Círcia M. K.; ALMEIDA, Fernando F. *Comunicação para a cidadania*. São Paulo: INTERCOM; Salvador: Uneb, 2003.
- THOMPSON, John B. *A mídia e a modernidade: uma teoria social da mídia*. Petrópolis, RJ: Vozes, 1998.

Texto recebido em 20 de agosto de 2009

Texto aprovado em 20 de março de 2010